

GT 1 – Teoria política marxista

Como teorizar o Estado? As contribuições de Marx, Lênin, Gramsci, Althusser e Poulantzas para construção de uma teoria marxista do Estado

Eduardo Marquezin Faustini¹

Resumo

O presente trabalho discute a evolução da teoria marxista do Estado, explorando os elementos teóricos que os principais autores marxistas utilizaram para explicar seu funcionamento no capitalismo. A evolução cronológica dos autores acompanha também a evolução da teoria marxista, desde a recuperação dos textos de Marx e Engels por Lênin no contexto da Revolução de Outubro, passando pelas contribuições sobre hegemonia de Gramsci, aparelhos ideológicos de Althusser e a definição relacional de Estado e sua vinculação com o poder político em Poulantzas. Nosso objetivo é explorar criticamente o Estado a partir de uma perspectiva teórica muitas vezes negligenciada pela Ciência Política, na qual, frequentemente, as teorias liberais-institucionalistas ganham maior destaque. Busca-se, desse modo, contribuir para a produção de um conhecimento científico crítico e embasado historicamente sobre o fenômeno político.

Palavras-Chave: Capitalismo; Estado; Marx; Lênin; Gramsci; Althusser; Poulantzas

Introdução:

O presente trabalho versa sobre a concepção de Estado na teoria marxista, explorando os elementos teóricos que os principais autores marxistas utilizaram para explicar o funcionamento do Estado no capitalismo. O objetivo deste ensaio é explorar criticamente o Estado a partir de uma perspectiva teórica muitas vezes negligenciada pela Ciência Política, na qual as teorias liberais-institucionalistas ganham maior destaque. Sobre o assunto, Mascaro afirma que:

Boa parte das ciências sociais trata o objeto da política e do Estado identificando-o ao juspositivismo ou com base em ferramentas teóricas analíticas e conservadoras, que restringem os fenômenos apreendidos às suas manifestações imediatamente quantificáveis, mensuráveis ou reiteráveis [...] Mas tais padrões médios não dão conta de avançar no entendimento causal, estrutural, relacional e histórico dos

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Contato: eduardo.m.faustini@gmail.com

fenômenos da política e do Estado, nem de seus problemas, contradições e crises. (MASCARO, 2013, p. 10).

De acordo com Mascaro, o Estado moderno surge como a forma política do sistema social capitalista, cujo aparato é necessário para a reprodução do sistema através da garantia dos vínculos jurídicos de exploração. Ele é uma forma especificamente capitalista pois representa, numa primeira análise, a separação entre o domínio econômico e político. Nos modos de produção pré-capitalistas a separação entre o poder econômico e político não existia. Havia um único vetor de domínio da vida social, com poucas contradições internas. Nesse sentido:

Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles, o Estado (MASCARO, 2018, p..20).

A instância apartada dos interesses particulares da qual fala Mascaro é uma concepção teórica que foi derivada dos textos de Marx. Quando iniciamos a discussão acerca das concepções marxistas de Estado, o primeiro ponto a ser salientado é que Marx nunca escreveu um livro tratando especificamente da questão, ainda que tivesse a intenção. O que se pode dizer da interpretação marxista do Estado depende de “passagens esparsas e notas fragmentadas, retidas de ensaios diversos e desiguais” (CHÂTELET et al, 1977 apud PERISSINOTTO e CONDATO, 2010, p.31). O fato dele nunca ter desenvolvido uma teoria política geral, como fez com a economia política, se deve ao fato de Marx acreditar que a explicação para as dinâmicas da sociedade civil dependia, primeiramente, de suas condições econômicas e materiais. O que não quer dizer que a política fosse um tópico secundário, pois, desde seus escritos de juventude, Marx se preocupou com questões políticas de seu tempo (CARNOY, 1984).

Assim, as seções a seguir do trabalho tratam de cinco autores fundamentais para a compreensão marxista do Estado: Marx, Lênin, Gramsci, Althusser e Poulantzas, respectivamente. A evolução cronológica dos autores acompanha também a evolução da teoria marxista, desde a recuperação dos textos de Marx e Engels por Lênin no contexto da Revolução de Outubro, passando pelas contribuições sobre hegemonia de Gramsci,

aparelhos ideológicos de Althusser e a definição relacional de Estado e sua vinculação com o poder político em Poulantzas.

2. Marx e as origens burguesa do Estado

Apesar da obra de Marx tratar da dimensão política de forma fragmentada, é possível distinguir mudanças na concepção de Estado ao longo da vida do autor. Assim, nas obras de juventude de Marx, como *Crítica da Filosofia Política de Hegel* (1843) e *A questão judaica* (1843) o Estado era tratado como uma perversão burocrática, a serviço de um despotismo administrativo, tendo como ponto de referência o Estado monárquico prussiano. Essa concepção era uma resposta à visão de Hegel do Estado como a materialização de um ideal racional e coletivo, cujo objetivo era zelar pelo bem comum. A partir da *Ideologia Alemã* (1845), Marx passa a considerar o Estado como um aparelho de classe, cuja função é garantir a dominação da classe burguesa e não simplesmente o interesse geral, como afirmava Hegel (PERISSINOTTO e CONDATO, 2010).

No *Manifesto Comunista* (1848), Marx e Engels afirmam que “O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Esse fragmento sugere que o Estado seria um instrumento nas mãos da classe dominante. No mesmo folheto, Marx e Engels afirmam que durante o processo revolucionário, o Estado deveria ser tomado das mãos burguesas e utilizado em prol da revolução. Como apontam Perissinotto e Condato, “essa orientação política parece reforçar a ideia de que para Marx e Engels o Estado é tomado em si mesmo, uma organização neutra (e não “de classe”) e que o sentido social de suas ações e decisões depende, na realidade, da classe que está à frente ou no comando direto dessa instituição (PERISSINOTTO e CONDATO, 2010, p.34).

A grande virada teórica da concepção de Marx sobre o Estado ocorreu em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852). O livro foi escrito no calor dos acontecimentos da Revolução de 1848 na França, que conjugou forças burguesas e proletárias contra a monarquia constitucionalista de Luís Filipe. O seu caráter revolucionário e proletário, porém, foi logo excluído do jogo político pelas classes burguesas. Enquanto no *Manifesto Comunista* Marx e Engels compreendem o Estado como um órgão neutro, mas sob controle da burguesia, em *O 18 Brumário* o Estado é visto com o uma unidade relativamente autônoma em relação ao universo econômico. Outra diferença diz respeito ao papel

revolucionário do proletariado, pois o Manifesto afirma que o Estado deveria ser tomado da burguesia e usado, esse mesmo Estado, a favor da transformação socialista da sociedade. No 18 Brumário, porém, Marx afirma que é necessário destruir o velho aparelho burocrático e não apenas substituir os governantes (MARX, 2011).

Entre as principais contribuições do 18 Brumário para uma teoria marxista do Estado está a noção de que não é necessário que a burguesia controle diretamente o poder político para exercer sua dominação. Para Perissinotto e Condato “há várias passagens em O 18 Brumário em que Marx parece se dar conta de que o Estado burguês, de um lado, e a sociedade burguesa, de outro, mantêm entre si uma relação que transcende as influências pessoais que a burguesia e seus membros possam eventualmente exercer sobre os agentes estatais.” (PERISSINOTTO e CONDATO, 2010, p.37). É inclusive em função desse distanciamento que a burguesia vai apoiar o golpe de Estado de 1851 no qual são revertidas as “liberdades constitucionais” em favor de um governo forte e centralizado.

Em seu prefácio para o 18 Brumário, Marcuse afirma que “a classe dominante se mobiliza para liquidar não só o movimento socialista, mas também as suas próprias instituições, que entraram em contradição com o interesse da propriedade e do negócio” (MARCUSE, 2011, p.12). O golpe de 1852 representou a ruptura com as instituições liberais-democráticas recém criadas na França, porém uma vitória para a classe burguesa como um todo, visto que o governo centralizador de Luís Filipe ao mesmo tempo que excluiu a burguesia do parlamento garantiu as condições globais de reprodução da ordem capitalista. O principal aspecto da análise de Marx em o 18 Brumário, então, consiste na ideia de relativa autonomia do Estado em relação à burguesia e à esfera econômica.

3. Lênin e a “ditadura do proletariado”

Segundo Jessop (1977), os autores que sucederam a Marx trataram do problema do Estado de forma bastante variada, aberta a diferentes interpretações e ligadas cada uma a um período histórico específico (JESSOP, 1977). Talvez um dos principais autores a retomar o pensamento marxiano sobre o Estado tenha sido Vladimir Lênin em seu livro *O Estado e a Revolução* (1917). O livro foi escrito no contexto da 1ª Guerra Mundial e da Revolução de Outubro na Rússia. Lançado em 1917, ele dialoga principalmente com dois grupos políticos influentes na época: os sociais-democratas e os anarquistas.

Os primeiros são denominados por Lênin como “oportunistas”, por terem deturpado, no âmbito da II Internacional, as visões marxianas do Estado e da luta de classes. Esse grupo, de acordo com Lênin, enxergava o Estado como um espaço de conciliação de classes e negligenciava a ideia de uma “ditadura do proletariado”, defendendo muitas vezes “a sua burguesia nacional” e uma ideia liberal burguesa de democracia parlamentar. Assim, para o autor “O único resultado dessa utopia pequeno-burguesa, indissolúvelmente ligada à ideia de um Estado por cima das classes, foi a traição dos interesses das classes laboriosas, como o provou a história das revoluções francesas de 1848 e de 1871 (LÊNIN, 2011, p. 59). Para Lênin, o uso do parlamento como uma instituição de suposta representação democrática é uma armadilha para legitimar a ordem burguesa e iludir as massas. O autor afirma que “no parlamento só se faz tagarelar”, pois as verdadeiras tarefas governamentais são decididas nos ministérios e secretarias (LENIN, 2011, p. 20).

Lênin também critica os anarquistas por esses não compreenderem o significado do “definhamento” do Estado em Marx. Para o autor, principalmente após a análise dos acontecimentos da Comuna de Paris em 1871, o Estado não pode desaparecer “de uma hora pra outra”. É necessário, no caminho de uma sociedade sem classes, uma etapa no qual o proletariado se apropria do Estado burguês e cria a “ditadura do proletariado” através de uma “revolução violenta”. Já nesse momento o Estado começa a morrer, porém não desaparece imediatamente. Para Lênin:

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tornando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é “abolido”: morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de “Estado livre do povo”; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro (LÊNIN, 2011, p.49).

Dessa forma, a Comuna de Paris, apesar de sua brevidade, serviu como exemplo histórico para Lenin argumentar que não basta o proletariado se apoderar da máquina estatal, é necessário “quebra-la”. O primeiro decreto da Comuna foi suprimir o Exército permanente e substituí-lo pelo “povo armado”. Segundo Lênin, “é nesse sentido que o

Estado começa a definir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político (LÊNIN, 2011, p.80)”.

Visto que *O Estado e a Revolução* foi escrito no calor da Revolução de Outubro, é justo afirmar que o principal objetivo do livro era menos descrever as características do Estado capitalista e seus modos específicos de funcionamento que promover uma estratégia para a revolução socialista. Essa estratégia estaria dividida em duas partes: primeiro a deposição da burguesia como classe que controla o Estado e segundo a transição para o socialismo se utilizando desse mesmo Estado através da “ditadura do proletariado”. Essa ditadura seria necessária para coagir, através da força o desaparecimento da burguesia e criar, ao longo do processo, uma sociedade sem classes (CARNOY 1984).

3. A virada teórica de Gramsci

O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci foi responsável por trazer uma inovação teórica e conceitual para a abordagem marxista do Estado, segundo a qual a política é uma atividade autônoma dentro do contexto de desenvolvimento histórico das forças materiais. De acordo com CARNOY (1984), essa atenção de Gramsci ao processo político se deve à sua experiência como militante do partido comunista italiano no início da década de 1920. Nesse período, tanto as forças liberais quanto as forças comunistas foram engolidas pelo movimento fascista de Benito Mussolini. A vitória do partido fascista só ocorreu pois houve uma mobilização de massa, inclusive dos trabalhadores, o que inspirou Gramsci a pensar nos mecanismos de criação de consenso social utilizados pelo regime fascista (CARNOY, 1984).

Gramsci foi preso em 1926 pelo regime fascista na Itália. Seus escritos foram muito influenciados pelo período histórico no qual viveu, marcado pela crise econômica e a falência do liberalismo. *Os Cadernos do Cárcere* não são resultado de uma pesquisa finalizada, mas de uma etapa de “pesquisa e organização”, o que causa até hoje interpretações distintas e por vezes conflitantes de sua obra. Os cadernos representam uma continuidade dos escritos de Lênin sobre o papel revolucionário do proletariado e da

concepção do Estado como um aparelho de classe, porém com contribuições adicionais, especialmente o conceito de hegemonia.

O conceito de hegemonia em Gramsci foi retirado do livro *A ideologia alemã* (1845), de Marx e Engels. Se esse conceito antes era tratado como secundário, Gramsci o tornou central para sua análise do processo político na sociedade capitalista. Para o autor, a hegemonia representa a predominância de valores e normas da classe dominante burguesa sobre a classe subordinada. Essa predominância representa um consenso social, através do qual são ordenadas a moralidade, a religião, a educação, a arte, a linguagem e os valores políticos (CARNOY, 1984). A função do Estado seria, então, não apenas garantir as condições de reprodução econômica do capitalismo, como afirma Lênin, mas promover a hegemonia que garante a coesão social necessária para essa reprodução. Também de forma oposta ao diagnóstico leninista, Gramsci afirma que a alienação dos trabalhadores de sua condição social não se dava apenas por instrumentos como a igreja e a religião, mas compreendia uma tarefa muito mais abrangente garantida, em última instância, pelo Estado (GRAMSCI, 2007).

Gramsci percebeu que o monopólio da violência e da coerção não eram os únicos elementos explicativos para a manutenção da ordem social: além deles, havia ainda novas formas de estabelecer o consenso pelo Estado, que disseminava um conjunto de valores e normas através das instituições sociais ou aparelhos privados de hegemonia. A ideia de aparelho privado de hegemonia no pensamento gramsciano se refere à diferença que o autor estabelece entre sociedade política e sociedade civil. A primeira seria aquela identificada imediatamente com os aparelhos de governo, as burocracias e as instituições legislativas, judiciárias e executivas. O conceito de sociedade civil, por sua vez, se refere aos aparelhos privados de construção de hegemonia na sociedade que não pertencem oficialmente ao governo, mas estão a serviço de um Estado “ampliado” (GRAMSCI, 2007). Como exemplo de aparelho privado de hegemonia está a escola, que reproduz no seu funcionamento a ideologia dominante, suas práticas e valores. Sobre o assunto Gramsci afirma que:

Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como

função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tendo uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2007, p. 284).

O conceito de hegemonia em Gramsci possui um funcionamento próprio, se distinguindo tanto da ideia de ideologia dominante de Marx quanto da combinação de coerção e coesão em Weber. Segundo Buci-Glucksmann (1980), o conceito de hegemonia não se refere simplesmente à criação de legitimidade e coesão social, pois engloba um processo mais amplo e contraditório, no qual a luta de classes desempenha um papel central. Esse ponto é importante, pois Gramsci não está preocupado apenas em estabelecer uma teoria do consenso, mas uma também uma teoria revolucionária. Daí que o conceito de hegemonia implique, simultaneamente, a dominação da classe burguesa e a possibilidade de organização da classe proletária. Assim:

Em outras palavras, não há teoria da hegemonia sem uma teoria da crise de hegemonia. Não há análise da integração das classes subalternas às classes dominantes sem uma teoria dos modos de autonomização de classes que permite uma classe antes subalterna se tornar hegemônica. Não há expansão do conceito de Estado sem a definição de uma nova perspectiva estratégica: a “guerra de posições” através da qual a classe trabalhadora pode lutar por um novo Estado (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.58).

A ênfase de Gramsci no papel da luta de classes para a definição do conceito de hegemonia não é gratuita. Ela representa uma virada teórica com o marxismo tradicional, visto que a ideologia deixa de ser simplesmente reflexo da estrutura econômica e passa a ganhar materialidade. Nesse sentido, é possível dizer que Gramsci preconizou muito do trabalho que seria desenvolvido por Louis Althusser na década de 1960 (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

4. Os aparelhos ideológicos de Estado em Althusser

No texto *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970), Louis Althusser discute os elementos necessários para a reprodução social capitalista, tendo como ponto de partida uma concepção ampliada do Estado, expressa pelo conceito de Aparelho Ideológico do Estado e fortemente inspirada nos textos de Gramsci.

Para o autor, Gramsci teria sido pioneiro ao avançar na ideia que o Estado não é apenas um aparelho repressor. Althusser afirma que é necessário fazer uma distinção entre

o aparelho repressor de Estado, aquele expresso na formulação marxista tradicional, e o aparelho ideológico de Estado. O aparelho repressor se refere aos órgãos governamentais, forças armadas e instituições burocráticas. Ele pertence ao domínio “público” e tem uma natureza “unificada”, exercendo a dominação através de mecanismos repressivos. Os aparelhos ideológicos, por sua vez, se referem à igreja, aos sindicatos, à escola, aos meios de comunicação, à cultura, etc. Esses aparelhos assumem diversas formas, não são unificados, mas “relativamente autônomos”, e garantem a dominação através da ideologia.

Althusser explora o desenvolvimento dos aparelhos ideológicos de Estado em formações econômicas pré-capitalistas, mais precisamente da Europa feudal, para destacar que nesse período a igreja tinha posição central. Com a ascensão da burguesia e a separação entre Estado e igreja, o principal aparelho ideológico deixou de ser religioso e foi substituído pela escola. Segundo Althusser:

Essa recebe as crianças de todas as classes sociais desde o maternal e, a partir daí, com os novos e igualmente com os antigos métodos, ela lhes inculca, durante anos e anos, exatamente no período que a criança é mais vulnerável, imprensada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, determinados *savoir-faire* revestidos pela ideologia dominante (ALTHUSSER, 1999, p. 273).

É também através do aparelho escolar que as crianças, divididas socialmente, aprendem a desempenhar o seu papel na sociedade de classe. Esse ponto é especialmente importante pois se refere à garantia das condições de reprodução de determinada ordem social, no qual os componentes conformam suas posições de explorados e exploradores (ALTHUSSER, 1999). Segundo Carnoy, a função da escola não é simplesmente garantir a difusão de normas e valores caros à classe dominante, mas, principalmente, estabelecer as condições de reprodução das relações de produção através da divisão do trabalho. Isso porque, na teoria de Althusser, as formações sociais precisam garantir não apenas as condições de reprodução das forças produtivas, como terra, trabalho e capital, mas igualmente as condições de reprodução de relações sociais hierárquicas (CARNOY, 1984).

Utilizando-se de Gramsci, mas também das contribuições teóricas da psicanálise, Althusser buscou criar uma concepção menos mecanicista do marxismo, principalmente para explicar o fenômeno político. Enquanto Marx e Engels tratam da ideologia como “simples sonho, simples ilusão” (ALTHUSSER, 1999, p.276), um vazio que não corresponde

à realidade, Althusser busca enfatizar a dimensão material da ideologia e sua função essencial para a reprodução do sistema capitalista. Para o autor “A ideologia representa não o sistema de relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas sim a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais” (ALTHUSSER, 1999, p.277).

5. A compreensão relacional de Estado em Poulantzas

Nicos Poulantzas escreveu entre a década de 1960 e 1970, um período no qual os autores marxistas buscavam novas respostas para o problema da relação entre capitalismo, Estado e classes dominantes. Sua teoria acerca da natureza do Estado passou por transformações ao longo dos anos. Em *Poder Político e Classes Sociais* (1968) sua compreensão do Estado possui inspirações fortemente estruturalistas, sendo o Estado formado e definido pelas relações econômicas de classe. Ele utiliza o conceito de Althusser sobre “autonomia relativa” para explicar que o Estado precisa se distanciar da luta de classes no nível da produção para garantir a dominação de uma classe pela outra. Na obra posterior, *Estado, Poder e Socialismo* (1978), Poulantzas vai abandonar essa concepção em troca de uma noção relacional de Estado. No livro, o Estado deixa de ser apenas uma estrutura que garante a coesão da classe dominante e passa a ser compreendido como um local de disputa de poder entre as classes (CARNOY, 1984).

Em *Poder Político e Classes Sociais* (1968) o Estado é tomado como um aparato jurídico e legal cuja função é unificar e dar coesão às classes dominantes simultaneamente à desintegração e individualização das classes trabalhadoras. Por isso a visão burguesa do Estado como mantenedor da “vontade geral” e da racionalidade. Nos primeiros textos de Poulantzas, o Estado aparece como a unidade política de uma divisão econômica (CARNOY, 1984). Ao mesmo tempo que ele isola e individualiza os trabalhadores, ele reunifica a sociedade através da ideologia do Estado-nação. Poulantzas bebe do conceito gramsciano de hegemonia para mostrar como através dela a classe dominante garante que seus interesses de classe sejam compreendidos como interesse geral (POULANTZAS, 1977). Nas palavras do autor:

No livro *Estado, Poder e Socialismo*, Poulantzas desenvolve uma concepção de Estado como condensação de relação de forças, em resposta tanto às visões marxistas que enxergam o Estado como “Estado-coisa” quanto às visões tradicionais da ciência política

funcionalista de inspiração weberiana que veem o Estado como “Estado-sujeito”, isto é, um ator racional, responsável pela vontade geral, com sua burocracia ao mesmo tempo acima e fora da sociedade. A partir dessa obra, o Estado não atenua “de dentro pra fora” as contradições de classe, visto que é justamente a incorporação da dinâmica entre classes opostas que garante a função organizativa do Estado (POULANTZAS, 1980).

A visão estruturalista dá lugar a uma concepção relacional do Estado, no qual se “condensam” as contradições de classe. Ele propõe, então, que “o Estado no caso capitalista não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, como aliás é o caso do ‘capital’, mas como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1980, p.147). De acordo com essa visão, as políticas do Estado são resultado do jogo de contradições da luta de classe inscrita na estrutura do Estado. Para Poulantzas: “O fenômeno espantoso e constante de reviravoltas da política governamental, feita pelas acelerações e freadas, de recuos, hesitações, permanentes mudanças, não é devido à incapacidade do Estado, mas à expressão necessária de sua estrutura” (POULANTZAS, 1980 p.156).

6. Conclusão

Como visto, a teoria marxista do Estado utiliza do referencial teórico marxiano para desenvolver um conjunto de axiomas, conceitos e análises referentes aos diversos períodos de desenvolvimento do Estado capitalista. A inexistência de um livro de Marx tratando especificamente do tema levou os teóricos posteriores a desenvolverem uma variedade de instrumentos teóricos para lidar com o problema. O desenvolvimento de novas abordagens, por sua vez, levou a contradições e discordâncias entre os diversos autores marxistas, fenômeno que enriquece e complexifica a teoria. O uso da lente marxista para compreender o fenômeno do Estado pode ser particularmente útil em um período no qual a maior parte das análises da Ciência Política prefere tratar o Estado em seus fenômenos superficiais, como o funcionamento das instituições, das burocracias e dos agentes. Atualmente, a reestruturação das funções do Estado sob o dogma neoliberal abre uma oportunidade para repensarmos seus mecanismos de funcionamento e reprodução a partir de referenciais críticos e embasados historicamente.

Referências:

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci and the state**. Londres: Lawrence and Wishart, 1980.
- CARNOY, Martin. **The State and Political Theory**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JESSOP, Bob. Recent Theories of the Capitalist State. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 1, No. 4, pp. 353-373, 1977.
- LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 70, p. 31-50, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes Editora. 1977.